



TERMO DE REFERENCIA DE DISPENSA

1. OBJETO

1.1. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXAMES HOSPITALAR NA PACIENTE ANA PAULA GUILHERME**, para suprir as necessidades DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS VERDES- GO, no exercício de 2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 Inciso VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	UN	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1.	SV	01	serviço hospitalar de cesariana na paciente Ana Paula Guilherme	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais)

4. JUSTIFICATIVA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente justificativa tem como finalidade detalhar e fundamentar a necessidade da prestação de serviços hospitalares e dos exames realizados na paciente Ana Paula Guilherme, durante o procedimento de cesariana e seu subsequente período de internação.

Após avaliação médica criteriosa e em conformidade com os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS) e as melhores práticas da assistência obstétrica, foi constatada a indicação inequívoca para a realização de parto por via cirúrgica (cesariana), visando garantir a segurança e o bem-estar tanto da mãe quanto do recém-nascido.

A decisão pela cesariana foi pautada nos seguintes critérios médicos:



Sinais de sofrimento fetal agudo, evidenciados por [mencionar o exame ou sinal clínico, como alteração na frequência cardíaca fetal].

Falha na progressão do trabalho de parto, mesmo após a adoção de medidas para correção.

Apresentação pélvica do feto, com risco aumentado para o parto vaginal.

Condição clínica materna pré-existente que contraindicava o parto normal, como [mencionar a condição, se aplicável].

A paciente e/ou seu responsável legal foram devidamente informados sobre a necessidade do procedimento cirúrgico e seus riscos, tendo consentido com a sua realização através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que se encontra anexo ao prontuário.

Para a segura realização do ato cirúrgico e o adequado acompanhamento da paciente e do recém-nascido no período pós-operatório, foram indispensáveis os seguintes exames e procedimentos hospitalares, cujos custos estão sendo apresentados para faturamento:

Exames Laboratoriais Pré-operatórios: Hemograma completo, coagulograma, tipagem sanguínea e fator Rh, e outros exames necessários para avaliação do risco cirúrgico e prevenção de complicações.

Procedimentos Anestésicos: Avaliação pré-anestésica e administração de anestesia raquidiana/peridural, conforme protocolo para o procedimento.

Materiais e Medicamentos: Utilização de fios cirúrgicos, campos estéreis, soluções antissépticas, antibióticos, analgésicos e outros fármacos essenciais para o procedimento e a recuperação da paciente.

Diárias de Internação: Período de permanência da paciente e do recém-nascido para acompanhamento clínico pós-parto, monitoramento de sinais vitais, cuidados com a ferida operatória e orientação sobre amamentação e cuidados com o bebê.

Exames no Recém-Nascido: Teste do pezinho, avaliação de icterícia e outros procedimentos padrão para a triagem neonatal.

Todos os procedimentos e exames realizados seguiram rigorosamente as diretrizes e tabelas de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo uma assistência de qualidade e em total conformidade com a regulamentação vigente.

A prestação dos referidos serviços foi essencial para o desfecho favorável do quadro clínico da paciente Ana Paula Guilherme, assegurando o nascimento de seu filho em segurança e a sua devida recuperação pós-cirúrgica.

Colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários e para a apresentação de prontuários e demais documentos comprobatórios.

5. DO FORNECIMENTO

5.1. Condições de Entrega:

5.1.1. O início do fornecimento será imediatamente após a devida publicação do ato contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas no ato convocatório.

5.1.2. O fornecimento dessa contratação deverá ocorrer de acordo com DEMANDA DO MUNICIPIO, por meio de ORDEM SERVIÇO, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados imediatamente após o recebimento da ordem respectiva, a qual deverá ser expedida por agente designado, para tal finalidade pela CONTRATANTE e destinada à CONTRATADA.

5.1.3. O fornecimento será recebido da seguinte forma:

Provisoriamente, para efeito de verificação da conformidade dos mesmos com as especificações e validades, quando for o caso, devidamente após a aferição da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

Definitivamente, após a aferição da qualidade e quantidade e consequente aceitação

5.1.4. A Prefeitura Municipal de Campos Verdes reserva-se do direito de não aceitar a prestação de serviço que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento. Podendo aplicar penalidades permitidas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 946.

5.1.5. Na hipótese de substituição, a empresa fornecedora da prestação de serviço, deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração,



no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado

5.1.6. O prazo de garantia não poderá ser inferior ao estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO PRAZO CONTRATUAL

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (Três) dias, contados da assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

7. DA QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA

7.1. A contratada deverá comprovar o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no art. 63 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado mensalmente, devendo a CONTRATADA emitir as respectivas notas fiscais que, devidamente, comprovadas e atestadas pela Unidade Solicitante do objeto desta contratação, deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias;

8.2. Para que o pagamento ocorra na forma proposta, as Notas Fiscais/Faturas deverão estar acompanhadas dos comprovantes de regularidade fiscais;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde**, inscrito no CNPJ: **11.263.318/0001-81**, situado nesta cidade, na Av. Campos Verdes, s/n., Centro – Goiás.

09. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A presente aquisição correrá por conta da seguinte dotação:

13.01.10.302.0210.2.110.3.3.90.39

10. GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em conformidade com os art. 117 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 a fiscalização da contratação será exercida por um representante indicado pela Secretaria demandante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de referência e do Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos

custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

12.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

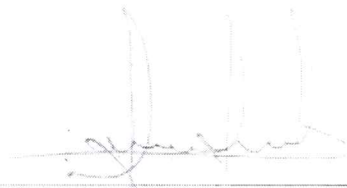
12.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS PENALIDADES

14.1. O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência, no Contrato e no edital de licitação implicará na adoção das medidas e penalidades prevista nos art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 e demais regras aplicáveis ao objeto.

Campos Verdes – Go, em 13 de outubro de 2025.



Rosalina Veríssimo de Oliveira
Secretária de Saúde